

no tempo dos vikings  
hélío pires

# ÍNDICE



**PREFÁCIO ♦ 9**

**INTRODUÇÃO ♦ 11**

- 1. O que foi a Idade Viking? ♦ 16**
- 2. O que é que os barcos nórdicos tinham de especial? ♦ 32**
- 3. Vikings: piratas ou civilizadores? ♦ 48**
- 4. Houve reis vikings de Inglaterra? ♦ 65**
- 5. Há alguma relação entre os vikings e a Rússia? ♦ 81**
- 6. Houve mesmo mercenários nórdicos em Constantinopla? ♦ 101**
- 7. Chegaram mesmo à América? ♦ 117**
- 8. É verdade que usavam elmos com cornos?  
E bebiam de crânios e sacrificavam seres humanos? ♦ 136**
- 9. Os mortos eram todos cremados em barcos? ♦ 152**
- 10. Eram todos adoradores anticristãos de Thor e Odin? ♦ 168**
- 11. Como é que eram os templos nórdicos? ♦ 185**
- 12. O que é que os nórdicos viam como virtuoso? ♦ 201**
- 13. Então, os homens eram todos verdadeiros machos, certo? ♦ 215**
- 14. Havia mesmo mulheres guerreiras? ♦ 235**
- 15. Qual era a aparência física dos nórdicos? ♦ 251**
- 16. Os nórdicos antigos tinham democracias? ♦ 266**

**CONCLUSÃO ♦ 282**

**BIBLIOGRAFIA ♦ 286**

## PREFÁCIO\*

VIKINGS! UM NOME QUE QUASE INSPIRA TERROR, EVOCANDO todo o género de imagens mentais recheadas de destruição: de aldeias em chamas a mosteiros barbaramente pilhados, passando por barcos longos com proas encimadas por cabeças de dragão ou serpente, sem esquecer os bandos de guerreiros barbudos e armados com machados ensanguentados. O cinema, a televisão e a literatura têm contribuído, em boa medida, para a cristalização de uma série de mitos e ideias feitas que converteram os vikings nos feios, porcos e maus por excelência da Idade Média. Mas até que ponto é que estas ideias pré-concebidas correspondem à realidade histórica da Escandinávia dos séculos VII a XI?

Neste livro, Hélio Pires, que não por acaso é o maior especialista português sobre vikings, procura atingir dois grandes objectivos: desconstruir as ideias feitas sobre os povos escandinavos medievais e edificar, em sua substituição, uma narrativa historicamente realista. Posso desde já garantir que atingiu ambos os objectivos com grande sucesso, aliando com mestria o rigor científico a uma escrita agradável e de fácil leitura — o que nem sempre é simples de fazer, sobretudo quando se tratam questões mais técnicas, como alfabetos e nomes que nos são estranhos, ou acontecimentos poucos conhecidos e sobre os quais quase nada conseguimos saber no século XXI. E o Hélio faz tudo isto sem nunca perder o seu fino sentido de humor, inspirado, em parte, pela obra do saudoso Terry Pratchett. Uma prova clara de como os livros, mesmo os de História, podem — e devem — ser influenciados pela boa escrita, independentemente do género da obra.

Mas vamos às formalidades. Este livro divide-se em 16 capítulos, todos eles inteligentemente interligados de forma a oferecer uma imagem de conjunto daquilo a que os historiadores há muito decidiram chamar a Idade Viking. Um nome moderno, perfeitamente artificial, mas que, não tenhamos dúvidas, teria agradado a alguns escandinavos quase tanto como uma boa dose de hidromel. Nos primeiros três capítulos que servem de introdução ao resto do livro clarificam-se conceitos — como a Idade Viking — e explicam-se, entre outras coisas, que os vikings eram apenas parte das sociedades escandinavas e não a sua totalidade. Fica já aqui feito o *spoiler!*

Do capítulo 4 ao 7, a narrativa segue as viagens dos vikings por onde quer que tenham passado, fosse para fazer negócio, para conquistar novas

---

\* O autor do Prefácio não segue as regras do novo Acordo Ortográfico.

terras ou simplesmente para escavacar tudo em busca de saque. Por isso acompanhamos as suas guerras pelo trono de Inglaterra, as viagens pelos rios da Rússia e da Ucrânia, o serviço como guarda-costas dos imperadores bizantinos de Constantinopla e até a sua fugaz presença na América do Norte, séculos antes de Cristóvão Colombo lá ter ido parar acidentalmente.

Por fim, nos capítulos 8 a 16, o autor recorre ao seu aprofundado conhecimento histórico para nos dar conta das múltiplas facetas da sociedade escandinava da Idade Viking. Nestes capítulos encontramos tudo aquilo que alguma vez quisemos saber sobre os escandinavos, desde a sua organização política aos cultos religiosos, passando pela sexualidade, o aspecto físico e os sentidos de justiça e honra, entre muitos outros temas. Pelo caminho, qual exterminador implacável de mitos, o Hélio escangalha toda a espécie de ideias feitas sobre os vikings, demonstrando que não só os escandinavos não eram todos feios, porcos e maus, mas que por vezes os seus hábitos de higiene eram até demasiado cuidados, ao ponto de lhes causarem problemas em Inglaterra.

Resta-me desejar aos leitores uma leitura tão agradável quanto a minha, que tive a oportunidade de ser a primeira pessoa a aprender com este livro, o primeiro — mas certamente não o último — de um autor português sobre a Idade Viking.

**PAULO M. DIAS**  
Lisboa, 30 de Maio de 2024

## INTRODUÇÃO

Em Västra Strö, na Suécia, não muito longe da cidade de Lund, ergue-se uma pedra granítica onde, algures entre a segunda metade do século x e a primeira do xi, foi gravada uma inscrição rúnica.\* Runas, esclareça-se, não são nem símbolos mágicos nem ideogramas, mas um sistema de escrita fonético criado por germanos antigos, por alturas do século i, em que cada *caractere* corresponde a um ou mais sons, dependendo do alfabeto rúnico em causa, já que o passar do tempo diversificou e modificou esse sistema de escrita. E se a cada uma das sessenta runas da inscrição de Västra Strö fizermos corresponder letras latinas equivalentes, com uma ou outra particularidade nórdica, o texto resultante, traduzido para português, é o seguinte:

Faðir fez gravar estas runas em memória de Özurr,  
seu irmão, que morreu no Norte *em viking*.\*\*

O ITÁLICO É MEU, PORQUE AS PALAVRAS FINAIS MERECEM DESTAQUE pelo que revelam sobre a época e uma ideia errada dita e repetida nos nossos dias: Özurr não era membro de um povo chamado «vikings»; Özurr morreu a fazer uma coisa à qual se dava o nome «viking». A palavra identificava uma atividade (e os que a levavam a cabo) e não uma tribo ou etnia específica.

Serve isto como porta de entrada no tema deste livro, cujo título foi pensado de forma a identificar o contexto em que se foca, mas sem cair no erro que se quer dissipar com a referência à inscrição de Västra Strö. Aqui fala-se do mundo nórdico no tempo dos vikings e não só dos vikings, porque eles eram apenas uma parte das muitas comunidades que existiam no que é hoje a Noruega, a Suécia, a Dinamarca e, a seu tempo, noutros pontos da Europa — em concreto, a parte que se fazia ao mar, que partia em expedições marítimas de natureza tendencialmente violenta: piratas, mercenários, guerreiros, exploradores de espada e escudo ou comerciantes de bens adquiridos de forma agressiva, depois vendidos em mercados vários.

\* Tem o código DR 334 na *Samnordisk runtextdatabas*, a base de dados escandinava de textos rúnicos, que é a fonte das referências alfanuméricas das inscrições mencionadas neste livro e que consultei por via do sítio *Runor*.

\*\* Para uma ideia dos passos por detrás da tradução, veja-se a imagem 35 em Pires, 2023: 86, onde o texto rúnico DR 334 está transcrito, transliterado, normalizado em nórdico antigo e passado para português.

Não que a sua ação ou consequências se tenham ficado pela violência e sangue derramado, e sobre isso falar-se-á nos primeiros capítulos. Mas o que importa reter neste momento é que nem todos os nórdicos eram vikings: havia agricultores que nunca saíam da sua terra ou não se afastavam muito dela; artesãos que viviam a tempo inteiro em mercados permanentes, que foram os primeiros aglomerados escandinavos do tipo urbano; escravos e servos cuja vida estava presa a tarefas diárias, que não passavam por aventuras além-mar, embora a sua condição social pudesse ter origem nelas; homens e mulheres, já para não dizer crianças, cuja vida não era a dos vikings, e mesmo que pudessem acompanhá-los como familiares, propriedade ou clientela, navegando com eles, mas ficando depois em bases e acampamentos de onde partiam atividades como aquela em que Özurr morreu.

Nestas páginas fala-se por isso de vikings, mas não só, porque o mundo nórdico também se fazia de outras práticas e identidades, por muito marcante que a vida de guerreiro e o seu ideal pudessem ser — e foram! De tal forma que havia quem quebrasse convenções de género para se associar ao caminho bélico, e por muito, igualmente, que a atividade viking tenha moldado as sociedades nórdicas antigas, tanto pelas gentes que deslocou e as ideias que trocou, como pelas riquezas que proporcionou e os reinos que moldou. A Escandinávia do século XII não era a do VIII e isso deveu-se em muito ao sucedido durante a chamada Era ou Idade Viking, pelo que mesmo os que não se faziam ao mar não ficaram imunes ao que ele trouxe. Nisto nada há de surpreendente: ninguém é uma ilha, nenhum indivíduo o é estritamente; o que nos rodeia é sempre parte de nós e o que os outros fazem tem sempre impacto em nós, independentemente do tipo ou grau de relação interpessoal. A vida é existência em rede, interligada, mesmo que disso não se tenha consciência ou não se queira admiti-lo em favor de um individualismo vincado, que pode ser reconfortante para o ego mas não deixa de ser ilusório.

Claro que escrever sobre o passado, que é em muitos aspetos outro mundo, é algo que não se faz sem fontes, e aqui entramos noutra erro que se vai encontrando, por vezes até saído da boca ou dos dedos de quem, pelas suas responsabilidades, não devia fazê-lo. A História (com maiúscula) é a ciência que estuda o passado. Não é o passado! Esse já lá vai e só podemos conhecê-lo por via do que ele nos deixou: as tais fontes, sejam elas escritas, orais, materiais ou arqueológicas. Mas elas são limitadas em número e parciais ou incompletas em natureza, o que, por um lado, obriga a um estudo crítico, muitas vezes interdisciplinar, e por outro limita o conhecimento

que se pode ter. Esqueçam o chavão do «contar a História tal como ela aconteceu», porque isso é uma fantasia. Não existe! Nós não estávamos lá e só temos ideia do que sucedeu pelas tais fontes finitas e parciais. E mesmo quando se viveu o passado, não se esteve em todo o lado ao mesmo tempo, a testemunhar tudo o que estava a acontecer em todos os sítios, de todas as perspetivas e a todo o momento. O ser humano é limitado — nas suas capacidades, pelas suas crenças e convicções, na sua vivência — e isso tem reflexo no conteúdo das fontes que o historiador tem de usar; tal como se reflete também no estudo que delas é feito, motivo pelo qual tem de haver vigilância e análise contínuas. E é por isso que a ciência que é a História é feita de dúvidas e debates, interpretações e reinterpretações, e, sim, está sujeita a revisões e atualizações à medida que as teses e fontes disponíveis são (re)avaliadas ou outras, novas, entram em cena.

Quer isto dizer que na História não há certezas? Algumas haverá, mas essa pergunta é reveladora de expectativas que, além de decorrerem do horror ao vazio da dúvida, radicam numa má compreensão do que são as ciências modernas. Não são a Verdade — derradeira, absoluta, assunto arrumado e não há mais questões. Esse tipo de certeza final só existe na propaganda, na fantasia e no discurso dogmático das religiões que se dedicam a debitar ortodoxias (e nem todas o fazem). Nas ciências modernas, o que há são sempre aproximações à verdade, sujeitas a revisões e melhorias constantes conforme a informação conhecida é atualizada ou reavaliada. E isto, note-se, é diferente de um vale-tudo em que todas as opiniões têm igual valor, porque mesmo nunca se chegando à verdade a 100 por cento (no caso da História, o passado «tal como aconteceu»), o melhor que se consegue tem de ser baseado em *todos* os dados disponíveis e analisados criticamente, passíveis de serem vistos e revistos por outros. Daí, por exemplo, a importância das notas e boas referências bibliográficas. E aproximação apenas também não é o mesmo que ausência de verdade, porque isso seria uma falácia de falso dilema, que reduz as coisas a extremos opostos que se excluem mutuamente. Entre o nada e o tudo saber há um vasto leque de gradações intermédias e é nelas que se movem as ciências modernas, almejando uma descrição da realidade tal como ela é (ou foi), mas sem nunca a atingirem, porque o ser humano não tem como consegui-lo. A perfeição, do conhecimento e não só, é uma meta para a qual se corre mas que nunca se alcança. O que quer dizer que em História, mais do que certezas, o que há são graus de certeza variáveis consoante o número e a qualidade das fontes e da análise que delas se faz.

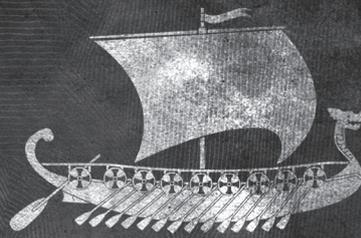
O que se segue nestas páginas é, pois, o melhor que eu consigo de momento oferecer, mediante a minha formação historiográfica e a bibliografia que conheço e consultei, incluindo textos de outros estudiosos, dentro da minha área de especialização académica. Não é o trabalho de um «tudólogo» que faz comentários de algibeira nas televisões ou vive de artigos de opinião sobre tudo e nada (e, pior, muitas vezes sem contraditório ou correções). E também não é a criação de alguém que, não sendo historiador, acha que qualquer um pode sê-lo ou falar como se o fosse, porque é só ler uns livros e *sites*. Aqui fala-se de História. A das fontes escritas e arqueológicas, do estudo longo e cuidado, da análise crítica, do trabalho interdisciplinar. A História que está sujeita a constante revisão e atualização. A que há muito deixou de se fazer só em bibliotecas e arquivos e faz-se, ao mesmo tempo e cada vez mais, em laboratórios e com recurso, por exemplo, à genética, à biologia e à química. Aliás, esse é um dos motivos pelos quais a História é um esforço de grupo: não é só por ela se fazer do debate e das revisões entre diferentes académicos com vista a uma maior aproximação à verdade; nem é só por ninguém conseguir fazer tudo e o esforço ter de ser coletivo, com múltiplos estudiosos a darem contributos; é também porque ninguém é especialista em tudo, por muito que estude. O que obriga, sempre, à consulta de opiniões informadas e trabalhos científicos de outros, incluindo de quem tem formação em disciplinas que não se domina. A interdisciplinaridade que tenho vindo a mencionar é isso mesmo. Uma vez mais, ninguém é uma ilha; e também não se aprende sozinho numa.

Porém, se este é um livro de História, ele não foi pensado, primeiramente, para historiadores, embora os que não lidam com vikings em particular possam nele ter interesse e encontrar utilidade, até porque não são muitos os lusófonos que trabalham com o tema. A bibliografia é especializada, ou por autores especializados, como não podia deixar de ser, a bem da qualidade do texto que aqui se apresenta. Mas o público-alvo é mais vasto, o que obriga a uma linguagem e um conteúdo apropriados. Uma simplificação sem simplismos e sem comprometer o rigor essencial do tema. Daí também que, face à dimensão da área temática que são os Estudos Vikings, a estrutura geral deste livro seja a de pergunta e resposta, porque ela permite direcionar leitores não especializados de uma maneira mais direta para um conjunto variado de tópicos. Dos essenciais ou mesmo conceptuais a outros mais do domínio da cultura geral, de ideias antigas a debates mais recentes e até polémicos, do local e regional ao extracontinental. Por outras palavras, uma amostra da vastidão do mundo viking e do que sobre ele

se tem dito e estudado, ontem e hoje, com base em fontes que a sorte ou a pesquisa vão revelando. Algumas delas são conhecidas há muito e têm sido sujeitas a sucessivas análises e reavaliações; outras são mais recentes e obrigaram já a rever coisas que antes eram tidas por certas. Assim é o conhecimento humano.

**Boa leitura!**

1



O QUE  
FOI A  
IDADE  
VIKING?

Foi um período de expansão de povos escandinavos, muito (mas não exclusivamente) marcado pelo fenómeno da pirataria nórdica, e que decorreu entre a segunda metade do século VIII e o final do XI. Isto é uma resposta bastante resumida e reduzida ao básico, mas nem por isso ela é simples e não está isenta de problemas, por isso vamos à explicação.



## EXPANSÕES E PROCESSOS

JÁ SE DISSE QUE «VIKING» IDENTIFICA UMA ATIVIDADE E NÃO UM povo específico, e que apenas uma parte das sociedades nórdicas antigas fazia aquilo que podia ser enunciado por essa palavra. Não vou aqui entrar no debate sobre a origem do termo, não tanto por haver diferentes propostas etimológicas,<sup>1</sup> mas porque, como disse Judith Jesch,<sup>2</sup> uma coisa é o começo e outra a evolução das palavras, cujo sentido vai obviamente mudando. No caso de «viking», no período histórico que nos interessa, tem-se ideia do significado que ela tinha pelo conteúdo de inscrições como a de Västtra Strö, citada na introdução. É certo que o registo epigráfico é escasso e, por isso, não permite detetar eventuais nuances e regionalismos semânticos, mas conhece-se um sentido geral. E podemos reforçar o que se disse aqui com recurso a uma analogia simples: os nossos navegadores nunca foram a totalidade da população portuguesa, mas apenas uma parte dela; e tal como a palavra com que nos referimos a eles não identifica um povo específico, mas aqueles cuja atividade era navegar, o mesmo seria verdade para «vikings». Aliás, vou dar seguimento a esta analogia elaborando-a, para com ela entrarmos em aspetos mais complexos que vão ocupar-nos neste e nos capítulos seguintes.

A Idade Viking está para povos escandinavos como os chamados «Descobrimientos» estão para nós, portugueses. Foi aquele período histórico em que nos fizemos ao mundo, alastrando a nossa presença e influência a locais de onde ela estava até então ausente. No entanto, esse processo não foi nem monolítico nem pacífico, porque a expansão marítima portuguesa fez-se de várias dinâmicas interligadas: exploração, comércio (incluindo o de escravos), missionação, colonização, conquista, aculturação. Não foi um simples navegar, encontrar e voltar para casa, mas antes algo bastante mais

complexo e duradouro que se desenrolou a vários níveis, de várias formas, e com um impacto muitas vezes disruptivo ou mesmo destrutivo nos povos que encontramos. Houve línguas, culturas, religiões e comunidades nativas que sofreram ou desapareceram com a ação dos portugueses, nem sempre violenta mas muitas vezes feita de cativo, conversão ou assimilação forçadas, extorsão, subordinação e morte. Mas o processo também levou à formação de novas identidades, culturas e comunidades: as dos colonos e a diáspora portuguesa, as dos mestiços e hibridizados, as dos escravizados sob o jugo de proprietários; as das novas povoações ou da expansão das que já existiam; a disseminação de uma língua ou o aparecimento de novas, de uma religião ou a sua regionalização e fusão com outras.

O mesmo é verdade para a Idade Viking. Os ataques e pilhagens ao longo da costa e de rios navegáveis são a imagem icónica que se tem do período e há nela muito de verdadeiro. Mas ela é apenas parte da verdade, porque por muito marcante que a pirataria tenha sido, não foi a única atividade nórdica a caracterizar a época. Conquista, colonização, urbanização, comércio (incluindo também o de escravos), monetização, formação ou unificação política e a cristianização da Escandinávia — eis outros processos que se desenrolaram de forma paralela ou complementar à atividade pirata. Não foi só chegar, pilhar e ir embora. E, tal como com a expansão marítima portuguesa, o impacto em comunidades preexistentes foi disruptivo ou destrutivo, mas também deu lugar a uma diáspora e ao aparecimento de novos espaços, grupos e identidades: os anglo-escandinavos do Leste de Inglaterra e os hiberno-nórdicos da Irlanda; a formação da Normandia e a fundação da Islândia; a ascensão dos *russ* de Kyiv, elites eslavizadas com raízes escandinavas e laços que iam de Bergen a Constantinopla, onde vários nórdicos serviram na guarda imperial; o surgimento dos reinos cristãos da Noruega e Dinamarca e, a seu tempo, da Suécia; a dinamização de locais como York e a fundação de outros como Dublin.

Claro que uma analogia não é perfeita, porque, não obstante as semelhanças, está-se a comparar coisas diferentes, havendo por isso sempre algo que não encaixa. Neste caso, por exemplo, enquanto a expansão marítima portuguesa foi feita em larga medida sob o patrocínio ou a orientação da Coroa, a atividade viking foi bastante mais descentralizada e desorganizada, em muito graças a um cenário político escandinavo que estava fragmentado e era altamente competitivo. Mas, diferenças à parte, pode-se já notar uma coisa importante: a realidade histórica é complexa, porque faz-se de múltiplos processos que vão ocorrendo ao mesmo tempo e a

ritmos diferentes. Isto é, nunca está a acontecer só uma coisa, mas várias. E elas não estão isoladas umas das outras, antes ocorrem frequentemente de forma interligada, seja por relação de causa e efeito, complementaridade, associação ou oposição. É justo perguntar porque é que, nesse caso, o período em questão é chamado Idade Viking e não, por exemplo, Idade da Conquista ou da Urbanização ou da Comercialização. E a resposta é que, por um lado, essas denominações seriam tão ou mais unificadas, já para não dizer vagas, do que uma que, pela palavra-chave, aponta logo para o papel central de marinheiros nórdicos. E, por outro, porque bem ou mal convencionou-se chamar «Idade Viking» à época em que me estou aqui a focar. Como todas as categorias analíticas, implica alguma simplificação e, nesse sentido, o conceito não tem estado isento de críticas. Mas, como disse Clare Downham,<sup>3</sup> o mesmo é verdade para a maioria dos nomes dados a épocas históricas, sem que, com isso, eles deixem de ser conceitos válidos. Até porque, acrescento eu, eles são funcionais e desde que, claro está, haja consciência dos seus limites e nuances. O que nos leva à próxima parte.

## INÍCIOS

TODOS SABEMOS QUE A IDADE MÉDIA COMEÇOU QUANDO O ÚLTIMO imperador romano do Ocidente foi deposto em 476, correto? Ou terá sido com a entrada de exércitos islâmicos na Península Ibérica em 711? Certo, certo é que o período medieval terminou em 1453 com a conquista turca de Constantinopla, não foi? Ou foi antes com o começo da Reforma Protestante, em 1517? Em boa verdade, nenhuma destas datas está correta como início e fim da Idade Média, mas também não estão todas inteiramente erradas. E o motivo é simples: a realidade histórica não se faz de instantâneos, mas de processos — vários ao mesmo tempo, como vimos — e eles não acabam nem começam num dia, mês ou ano exatos.

Têm, primeiro, antecedentes que lhes dão forma e que muitas vezes dificultam a identificação do momento em que se distinguem do que veio antes; e, segundo, esses processos têm consequências que prolongam a sua presença para lá do momento em que encerraram. Para mais, a prática historiográfica de dividir o passado em diferentes épocas é sempre um exercício retrospectivo, isto é, feito depois do sucedido, à distância de décadas ou mesmo séculos. Pelo simples motivo de que, quando se está a viver os acontecimentos, ainda não se tem noção da sua real importância e do impacto

futuro. Não sabemos se são fenómenos de curta duração ou se são algo mais duradouro que vai marcar todo um período e, desse modo, dar forma a um novo tempo. Para usar um exemplo concreto, quando na Europa Ocidental ocorreram os primeiros ataques vikings, ninguém à época sabia dizer se iam ser uma coisa passageira ou, como de facto veio a acontecer, o início de um fenómeno que se prolongou por mais de dois séculos com consequências profundas. Essa consciência só veio com o passar do tempo, quando, à distância de cem ou mais anos, alguém olhou para trás e pôde dizer que foi nesta ou naquela altura que as coisas começaram a mudar. Como diria Hegel, a coruja de Minerva voa ao crepúsculo. E o corolário disto é que, durante a Idade Viking, ninguém sabia que estava a vivê-la, precisamente porque o conceito é posterior e, por isso, retrospectivo. O que não quer dizer que seja falso, porque, apesar de ser uma construção historiográfica, ele ainda assim reflete uma realidade concreta que as pessoas sentiram na pele e que moldou a Europa. Convém é ter noção de que essa realidade não começou do nada, não acabou subitamente, não teria o nome que hoje lhe damos e fez-se de vários processos, não de apenas um. E o mesmo vale para datas exatas que assinalem o início ou o fim de um período histórico, que não estão necessariamente erradas desde que se tenha presente que elas são simbólicas, porque de algum modo exprimem o rumo dos acontecimentos, e que não identificam limites claros em que num momento é a época X, no outro a Y e as pessoas que as viveram sabiam disso. Nesse sentido, a escolha dessas datas tem o seu quê de subjetivo, pois há várias opções válidas e a decisão é muitas vezes determinada por fatores contextuais.

Se eu pareço estar a divagar, calma! Toda esta explicação tem um motivo de ser, porque ela fornece-nos ferramentas importantes para o que se segue: quando é que então começou e acabou a Idade Viking? Tradicionalmente, a data de início é posta em 793, ano do saque do mosteiro inglês de Lindisfarne (mapa 1). O acontecimento foi um choque para o Norte da Europa cristã, conforme sugere a carta que o clérigo Alcuíno, então na corte de Carlos Magno, escreveu ao rei do seu país nativo, a Nortúmbria, onde se situava o infeliz mosteiro. Já iremos a esse documento, porque embora o sucedido em 793 tenha sido marcante, não terá sido, rigorosamente falando, o primeiro ataque viking em Inglaterra. Pelo menos de acordo com as fontes disponíveis (e estamos sempre limitados por elas), o primeiro ato de violência nórdica em solo inglês terá ocorrido no Sul do país, algures entre 786 e 802, talvez 789. Assim o indicam dois dos manuscritos da chamada *Crónica Anglo-Saxónica*,<sup>4</sup> conjugados com outra fonte que permite situar o



MAPA 1: Localização de sítios referidos neste capítulo

acontecimento em Portland<sup>5</sup> (mapa 1). O episódio é descrito com contornos de um mal-entendido, na medida em que o representante régio local não reconheceu os nórdicos e acabou por ser morto por eles. E diz a crónica que as embarcações deles foram as primeiras dos «dinamarqueses»\* em Inglaterra, num exercício de análise retrospectiva, mas que, como veremos, pode não ser assim tão linear.

Portanto, a opção por 793 como ano de início da Idade Viking é aquilo que se disse: uma escolha mais simbólica do que rigorosa, porque não foi o primeiro ataque conhecido. Mas o impacto que teve à época e o facto de, aí sim, ser a primeira notícia de um assalto nórdico a um mosteiro revestem-no de um simbolismo que justifica o seu destaque na historiografia. No entanto, também podíamos optar pela data aproximada de 790, não só para ter em conta o sucedido em Portland, como também por haver referência a defesas costeiras contra pagãos no Sul de Inglaterra em 792,<sup>6</sup> sugerindo que, entre o primeiro conhecido e o que atingiu Lindisfarne, podem ter ocorrido outros ataques vikings dos quais não se fez ou não sobreviveu notícia. E também porque, não se fazendo os processos históricos de instantâneos, e não tendo, por isso, datas de início exatas, um ano aproximado acaba por ser mais verosímil. Mas talvez estejamos a ver as coisas de uma forma enviesada, na medida em que podemos estar demasiado focados, por um lado, no cenário ocidental (em especial o inglês) e, por outro, nas fontes escritas. É que a Idade Viking não se desenrolou só a ocidente. Conforme já indicado pela referência a Kyiv e a Constantinopla (atual Istambul), ela também ocorreu a oriente e é justo perguntar se não terá sido no Leste europeu que o período teve início, pese embora a falta de fontes escritas e as barreiras linguística e política que, de tempos a tempos, têm ajudado a isolar a região do meio académico ocidental.

O mar Báltico é uma massa de água mais pequena e confinada que o mar do Norte e com um historial antigo de ligações entre as diferentes margens. Há vestígios arqueológicos do século VI que indiciam contactos entre a Escandinávia e o que é atualmente a Polónia; e, no século VIII, grupos de nórdicos terão participado nos começos de entrepostos comerciais nas praias hoje polacas e alemãs.<sup>7</sup> Já na faixa oeste da Finlândia, armas de um tipo comum na Suécia central são uma presença em campas masculinas

---

\* Em muitas das fontes da época era comum usar-se o gentílico «dinamarquês» para identificar os nórdicos, mesmo que eles fossem do que é hoje a Noruega, porque o país escandinavo mais perto do mundo carolíngio era precisamente a Dinamarca, o que influenciou o registo escrito. Aliás, o nome do país quer precisamente dizer «fronteira dos Danenses», refletindo a perspetiva dos que, a sul, olhavam para os povos a norte.

dos séculos VII e VIII, enquanto na Estónia conhecem-se campas do V e VI onde foram depositados artefactos de luxo de origem escandinava.<sup>8</sup> Por detrás disto estará a migração de nórdicos para o Báltico sul e oriental ou, no mínimo, contactos comerciais e políticos que podiam incluir a criação de laços e a formação de uma cultura comum entre elites. Mas em meados do século VIII, por alturas de 750, a proliferação de postos mercantis deu um importante passo com a fundação de um entreposto comercial permanente e multiétnico perto da margem sul do lago Ladoga, no Norte da Rússia. Terá tido desde cedo uma população mista de eslavos e nórdicos, a que se terão somado finlandeses, bálticos e sámis, conforme indicam os vestígios arqueológicos.<sup>9</sup> O local ficou conhecido como Staraya Ladoga (mapa 1), surgindo em fontes islandesas com o nome para nós mais complicado de Aldeigjuborg, e era um sítio de transação de peles, joalharia, âmbar e outros objetos de vidro, metal ou osso. Mas mais importante do que isso, da perspectiva de quem estava a norte, era um ponto de acesso às rotas comerciais que, descendendo os rios russos, chegavam ao Mediterrâneo, Cáucaso, Médio Oriente e mais além. E foi por elas que começaram a chegar ao Norte moedas de prata islâmicas, os chamados dirrãs, algumas encontradas nos vestígios de várias das casas mais antigas de Staraya Ladoga.<sup>10</sup> Não foi preciso muito tempo até alguns escandinavos começarem a descer os grandes rios do Leste europeu em busca das riquezas fabulosas que o Sul parecia encerrar.

Para sudoeste, a pouco mais de 600 quilómetros de Ladoga, localiza-se a ilha de Saaremaa, na Estónia. Foi nela, perto da povoação de Salme (mapa 1), que em 2008 e 2012 foram encontradas duas embarcações que serviram de túmulo para dezenas de indivíduos. A mais pequena (11,5 metros de comprimento) foi a primeira a ser acidentalmente descoberta durante a construção de uma estrada e continha os restos mortais de sete homens, assim como espadas, pontas de flechas, lanças, facas, machados, pentes, peças de jogo e ossadas animais. E embora a disposição exata de todos os objetos seja desconhecida, porque os construtores removeram artefactos antes da chegada dos arqueólogos (o que nunca se deve fazer!), o que se encontrou tem paralelo noutras sepulturas escandinavas, incluindo a forma como pelo menos dois dos corpos humanos parecem ter sido sentados, como se estivessem a conduzir a embarcação.<sup>11</sup> Já o segundo barco, maior (17,5 metros de comprimento), continha os restos mortais de nada menos do que trinta e quatro homens, empilhados em quatro camadas num canto da embarcação e também eles acompanhados de armas,

joalheria, pentes, peças de jogo de tabuleiro e ossadas animais. No total, quarenta e um indivíduos, a maioria nos seus trinta e tal anos e muitos com sinais de morte violenta, porventura em combate. Mais: as embarcações seriam de casco trincado, que é caracteristicamente escandinavo (tema para o capítulo seguinte), e muitos dos artefactos têm paralelos na Suécia central. Dados que sugerem uma origem no lado ocidental do mar Báltico, o que foi confirmado pela análise genética e isotópica: não só vários dos homens parecem ter partilhado laços familiares, como terão vindo na sua maioria da mesma região sueca; apenas cinco dos indivíduos seriam provenientes da ilha de Gotland.<sup>12</sup>

O que é que terá acontecido em Salme? Não havendo um registo escrito que contextualize os achados arqueológicos, pode-se apenas especular. Pode ter sido uma expedição guerreira ou então uma missão diplomática, até pelos laços entre os dois lados do mar Báltico, mas que por algum motivo correu mal. Não é impossível que tenha sido um misto das duas coisas, porque a diplomacia pode ser reforçada pela presença da força militar. Alguns estudiosos acreditam que os corpos foram todos sepultados de uma só vez, mas há a possibilidade de uma deposição fúnebre em várias fases, ao longo de meses ou anos, a que se soma a hipótese de o mais pequeno dos barcos ter sido usado como campa décadas ou mesmo um século antes do maior.<sup>13</sup> A contra-análise dos achados está ainda a ser feita e vai levar algum tempo até se ter um maior grau de certeza sobre o que aconteceu em Salme. Por agora, note-se o que terá sido o ano aproximado em que a maior das duas embarcações foi usada como sepultura: 750, a mesma altura em que Staraya Ladoga foi fundada. O que quer dizer que, décadas antes dos primeiros ataques em Inglaterra, na costa leste do Báltico já se somavam traços característicos da Idade Viking: a formação de uma diáspora nórdica, o chamariz de riquezas distantes como móbil para viagens de escandinavos em busca de fama e fortuna, a possibilidade de pelo menos uma expedição naval, neste caso com origem na Suécia.

É, pois, legítimo colocar o começo do período no ano aproximado de 750, como o fazem vários historiadores (embora os argumentos exatos possam variar). Não quer dizer que o que se passava no Báltico por essa altura fosse já uma Idade Viking em plena força, porque, uma vez mais, a realidade histórica não se faz de instantâneos em que as épocas — e os processos que as caracterizam — começam, subitamente, de um dia ou ano para outro. Vão começando, desenvolvendo-se e ganhando ímpeto, umas vezes mais depressa do que outras. E em algum momento distinguem-se

dos antecedentes que lhes deram forma, que é o que podemos ter quando se conjuga uma diáspora nórdica em entrepostos bálticos, o apelo da prata islâmica que chegou a um deles e uma possível expedição enterrada em Salme. Eu friso a palavra-chave: conjugar! Porque, como se disse, escandinavos a viver nas costas sul e oriental do Báltico já vinha pelo menos do século VI; e decerto que, antes de 750, terá havido episódios de violência localizada. A novidade estará na conjugação da diáspora e entrepostos comerciais com a chegada da prata islâmica e a dimensão do que parece ter ocorrido na ilha estoniana de Saaremaa. Um somatório de elementos que talvez permita uma distinção entre um antes e um depois de c. 750, entre o começo de algo novo e os antecedentes que lhe deram forma.

Se assim foi, resta um último conjunto de questões: se foi a oriente que a Idade Viking teve início, como é que ela passou do mar Báltico para o do Norte? E há relação entre esses dois cenários ou foi um fruto do acaso em que condições semelhantes geraram, no espaço de alguns anos ou décadas, dinâmicas semelhantes que só depois se cruzaram?

## BARBAS E CABELOS

NÃO FOI APENAS NAS COSTAS SUL E LESTE DO BÁLTICO QUE SURTI-ram entrepostos comerciais. Também por volta de 750, na Suécia, nasceu um mercado permanente a que se chamou Birka (mapa 1). Localizado numa ilha no mesmo lago que banha hoje Estocolmo, foi durante cerca de dois séculos parte da rede de contactos mercantis que uniam a Escandinávia ao Sul e ao Oriente, dando azo à troca e cruzamento não só de bens, como também de pessoas e ideias. Voltarei por isso a Birka várias vezes neste livro, mas agora importa notar que o dinamismo comercial que lhe deu vida não era um exclusivo do mar Báltico. Também era uma realidade no mar do Norte.

A massa de água que une a Escandinávia às Ilhas Britânicas era já desde o século VII um espaço economicamente movimentado, com uma rede de entrepostos que unia rotas marítimas ao interior, permitindo assim a circulação de pessoas e mercadorias entre lugares urbanos, protourbanos e rurais, mais próximos ou mais distantes da costa. Alguns desses espaços surgiram sobre ou junto de antigos sítios romanos, como foi o caso de Dorestad (mapa 1), localizado na junção dos rios Reno e Lek e, por isso, um ponto de contacto entre o mar do Norte

e o interior germânico. Outros exemplos são Lundenwic (Londres) e Hamwic (Southampton), não muito longe de Portland. Todos eles prosperaram nos séculos VII e VIII.<sup>14</sup> Mas outros entrepostos houve que foram fundados em locais até então sem ocupação humana, como no caso de Ribe (mapa 1), na Dinamarca, que surgiu entre 704 e 710, de início apenas como mercado sazonal, mas passando, entre 770 e 780, a permanente.<sup>15</sup> E fazia a ligação comercial entre partes do interior dinamarquês, Noruega, Báltico e Países Baixos, contactos que estavam integrados numa rede mercantil que iria do canal da Mancha ao golfo da Finlândia. Sinal disso, proliferou um tipo de moeda a que se chamou «*sceat*» (plural, «*sceattas*») e que era trocada e cunhada, em diferentes versões ou imitações, em múltiplos locais em redor do mar do Norte.<sup>16</sup> Incluindo em Ribe, onde foram encontrados mais de duzentos exemplares, os mais antigos datáveis da primeira metade do século VIII,<sup>17</sup> e de uma versão talvez cunhada localmente a que se atribuiu, com base na figura retratada, a denominação moderna de «Odin/monstro».<sup>18</sup>

Se os nórdicos participavam no tráfego comercial, terão eles também viajado pelas rotas que ligavam as diferentes margens do mar do Norte? É aqui que volto à carta que Alcuíno escreveu ao monarca do reino inglês da Nortúmbria, após o ataque viking ao mosteiro de Lindisfarne em 793. O texto é, em muitos aspetos, o que se esperaria de um clérigo medieval: floreios teológicos sobre a Igreja e a graça de Deus, a descrição do sucedido como um castigo divino devidamente anunciado por portentos, a sua justificação com os maus costumes do rei e do povo, o apelo à salvação pela devoção e à correção de comportamentos, tudo polvilhado aqui e acolá com referências bíblicas. Nada de novo, nada de espantoso. Mas pelo meio vem a parte que nos interessa, quando, por entre o atirar de culpas, surgem umas linhas em que Alcuíno aponta para as roupas, o penteado e as barbas que os seus compatriotas ingleses gostavam de usar, diz ele que em imitação dos pagãos — presumivelmente nórdicos.<sup>19</sup> Ou seja, a acreditar na lição de moral, os atacantes não eram estranhos. Já tinham estado em Inglaterra, ao que parece vezes suficientes para a sua aparência fazer moda entre os ingleses (e voltarei a este ponto no Capítulo 15). Antes de serem saqueadores de mosteiros, os atacantes terão então sido visitantes, porventura comerciantes. Como se disse acima, a referência, na *Crónica Anglo-Saxónica*, ao ataque de c. 789 como tendo sido a primeira vez que os barcos dos «dinamarqueses» chegaram a Inglaterra pode não ser assim tão linear. Pode haver, nessa passagem do texto, uma

tentativa de apagar contactos anteriores, provavelmente pelo desconforto que a memória deles causaria, na linha do que Alcuíno escreveu. Aliás, e como notou Cat Jarman,<sup>20</sup> o local do sucedido em c. 789 não é muito longe de Hamwic, um dos tais entrepostos de que já se falou. Na volta, o representante régio local que foi morto não estava à espera de que os comerciantes nórdicos fossem afinal piratas. Quem sabe se por não terem, até então, o hábito de o ser. E há ainda uma questão prática a considerar: como é que os vikings sabiam onde atacar? Ou foi fruto do acaso ou a pilhagem de Lindisfarne beneficiou de alguma familiaridade prévia com o terreno, talvez a que comerciantes teriam ou seriam capazes de transmitir a terceiros.

## CONTINGÊNCIA NÃO É DESTINO

O CENÁRIO PODERIA ASSIM ESTAR JÁ MONTADO PELO TRÁFEGO comercial. Faltava o impulso catalisador para se passar de um tipo de atividade para outra, mas, para indagar sobre isso, há que notar primeiro duas características da Escandinávia do século VIII.

Uma delas era o facto de a região ter o que se chama uma economia de ofertas, na qual era pela troca de presentes que se criava, mantinha ou nutria laços recíprocos, verticais ou horizontais, isto é, entre indivíduos que estavam em posições sociais diferentes ou idênticas (humanos e deuses incluídos) e em que a oferta de algo criava ou respondia a uma expectativa de reciprocidade. Coisas como alianças, pactos, compromissos, recompensas; entre iguais ou entre, por exemplo, patronos e protegidos, senhor e séquito. E não era qualquer objeto que servia de oferta, havendo natural preferência por bens valiosos, luxuosos ou de prestígio — incluindo, muitas vezes, bens importados. O tipo de coisas que chamam a atenção e, quando dadas, atraem a lealdade de outros. Assim, quem fosse mais abastado tinha mais meios para manter ou melhorar a sua posição social, porque dispunha de mais recursos para sustentar ou aumentar as suas alianças ou uma rede clientelar. Ora, isto criava sobre os líderes nórdicos uma forte pressão para se obter artigos de prestígio. Não por acaso, vários dos entrepostos comerciais que surgiram na Escandinávia antiga foram fundados na proximidade de residências senhoriais ou sob o patrocínio de reis e aristocratas, dado que eram uma forma de controlar ou, pelo menos, aceder mais facilmente a produtos valiosos.<sup>21</sup> E a isto deve-se somar outra característica da

Escandinávia do século VIII: a fragmentação e a competição políticas. Os reinos da Noruega e Suécia não existiam ainda e o da Dinamarca estaria, quando muito, nos seus frágeis começos. No lugar deles havia uma multiplicidade de territórios (semi)independentes, governados por monarcas e aristocratas que se gloriavam por domínio e hegemonia. E, nesse ambiente altamente competitivo, o acesso a recursos e artigos de prestígio era essencial para manter ou expandir apoios, lançar e sustentar campanhas militares. O tipo de contexto que pode levar a que, eventualmente, se queira adquirir bens de uma forma mais rápida e direta do que com trocas comerciais.

Pois bem, não se sabe exatamente de onde é que partiram os primeiros grupos de vikings a atacar as Ilhas Britânicas. A Noruega é certamente a origem mais provável para vários deles, embora a geografia, tal como as contingências, não seja destino. E se um dos manuscritos da *Crónica Anglo-Saxónica* que refere o ataque de c. 789 indica a região de Hardanger, junto a Bergen, como o local de onde os atacantes saíram, essa informação pode ter sido adicionada muito mais tarde, por alturas do ano 1000, e por alguém do reino da Nortúmbria, muito a norte do local do ataque.<sup>22</sup> O que, como é óbvio, levanta dúvidas quanto ao seu valor histórico. Ainda assim, não deixa de ser interessante que, um pouco a sul de Bergen, no atual condado norueguês de Rogaland, pode ter ocorrido uma mudança de estrutura política, de algo mais comunitário para um exercício mais pessoal do poder. Os indícios arqueológicos dessa alteração são referidos por Neil Price,<sup>23</sup> em concreto o que parece ter sido, no século VIII, um abandono de locais de assembleia, ao mesmo tempo que salões aristocráticos costeiros se mantinham ativos. Ora, um exercício mais individual da autoridade acentua a importância dos laços de fidelidade pessoais, o que por sua vez aumenta a necessidade de criar ou manter redes clientelares que tinham de ser alimentadas com ofertas de bens de valor e prestígio. E se as rotas comerciais não conseguiam garanti-los, outras formas de aquisição teriam de ser encontradas. Formas agressivas como a pilhagem e a pirataria; na Escandinávia, onde não eram novidade, ou fora dela. Note-se que não é preciso a Idade Viking começar logo com centenas ou milhares de bandos marítimos a caírem sobre territórios extraescandinavos. Basta um punhado de pequenos grupos com um destino invulgar e ganhos nessa aventura para outros quererem imitá-los. E basta muitas das imitações terem igual ou maior sucesso para, espalhando-se as notícias, um efeito de bola de neve lançar um número crescente de nórdicos, em frotas crescentemente maiores e mais frequentes, em ataques e aventuras além-mar, sem que,

de início, se pudesse antever a dimensão, a complexidade e o impacto que vieram a ter.

Haverá nisso uma relação com a prata islâmica que, pelas rotas que subiam os rios russos, começou a chegar ao Báltico na segunda metade do século VIII? Talvez, se se assumir que relatos e, porventura, algumas moedas chegaram à Escandinávia ocidental com tempo e ênfase suficientes para, em c. 790, lançarem alguns noruegueses numa igual busca de riqueza, ainda que noutra parte da Europa, que lhes era mais acessível e que não lhes seria inteiramente estranha. Mas também não é impossível que as duas dinâmicas — a oriental, no Báltico, e a ocidental, no mar do Norte — tenham tido origens distintas, derivadas de contextos próprios, e que só mais tarde é que os dois cenários se cruzaram, criando a Idade Viking que se conhece. Isto pode parecer estranho. Se já tinha começado num sítio, porque é que haveria de começar outra vez noutro? E a resposta é que essa pergunta padece de dois males associados, um deles já nosso conhecido.

O primeiro é imaginar um período histórico como se ele fosse monolítico e não um somatório de diferentes partes a diferentes ritmos. A Idade Viking é um *puzzle* complicado, em que o encaixar de uma peça não obriga todas as outras a encaixarem logo a seguir, de uma só vez, como se elas funcionassem em bloco. Não é por, em hipótese, o período ter começado no Báltico que ele tinha de desenrolar-se pouco depois no mar do Norte. Nada o obrigava. O que nos leva ao outro mal, que é o risco que existe na natureza retrospectiva da História: como já sabemos o que vai acontecer, podemos estar a projetar num momento mais antigo uma realidade que veio depois, como se um fosse obrigado a conduzir à outra. Como se a História fosse teleológica, de destino traçado. Neste caso, como se os primeiros ataques tivessem de, inevitavelmente, conduzir à Idade Viking; ou, se ela começou a oriente, como se o que lá sucedeu tivesse de resvalar logo para ocidente. Porque o tiro de partida estava dado e agora a corrida tinha de ocorrer. Mas isso é um erro, porque a realidade também se faz de acasos e contingências. De coisas que aconteceram, mas que podiam não ter acontecido; ou coisas que aconteceram, mas que não tinham de ter as consequências que tiveram. Nada nos primeiros ataques obrigava ao seu sucesso, sem o qual a Idade Viking talvez não tivesse ocorrido; ou, a ocorrer, que ela tivesse acontecido a ocidente. Não era inevitável. E, assim sendo, nada obrigava também a que um

eventual início na região do mar Báltico provocasse depois o despoletar do período no do Norte. A Idade Viking pode ter começado de forma distinta nos dois cenários até eles serem unidos pelo desenrolar dos acontecimentos.

## FINS

FALTA AINDA FALAR DO FINAL DA ÉPOCA E, TAL COMO PARA O INÍCIO, as datas possíveis são várias. Há quem aponte para o ano de 1066, quando o rei norueguês Haraldr *harðráði*\* morreu em batalha ao tentar tomar o trono inglês. Outra opção é o ponto final nas tentativas dinamarquesas de fazer o mesmo, o que colocaria o encerramento da Idade Viking por volta de 1086. Mas a realidade, uma vez mais, é complexa e tem um ritmo próprio, pelo que também se pode apontar para o ano próximo de 1050 ou o agradavelmente redondo e igualmente aproximado 1100. Ou, em alternativa, ficar-se pelo parâmetro vago que se indicou no início deste capítulo: finais do século XI.

A atividade viking terminou por essa altura? Não, porque ela continuou em algumas zonas a um nível mais limitado ou regional. Tanto assim que, no contexto particular da Irlanda, o fim simbólico do período é convencionalmente colocado nos anos de 1171-72,<sup>24</sup> décadas mais tarde do que se acabou de indicar no parágrafo anterior. O tempo histórico nem sempre se faz de datas exatas e universais. E a atividade viking teve um sucedâneo nas cruzadas, porque, em termos práticos, e por muito que a ideologia fosse outra, as ações do pirata-cruzado não eram radicalmente diferentes das do pirata-pagão — e que a dada altura também foi cristão. Aliás, o rei norueguês morto em combate em Inglaterra, em 1066, era um seguidor de Cristo, meio-irmão do santo padroeiro da Noruega e alguém que terá feito carreira, por uns anos, na guarda do cristianíssimo imperador romano do Oriente, em Constantinopla. Que um homem com essas características possa, ainda assim, ser considerado um dos últimos vikings é um sinal do quanto, ao mesmo tempo, houve mudança e continuidade. Mudanças que anunciavam já um novo tempo, com outras ideias e linhas-mestras, mas que não anularam continuidades que foram até para lá do período. Porém,

---

\* À medida que as personagens históricas vão surgindo e o tema assim o exigir, eu vou esclarecendo o significado das alcunhas régias. Mas só a partir do próximo capítulo, que este ainda não conta para o efeito.

de Haraldr *harðráði* falaremos mais à frente, no Capítulo 4 e em especial no 6. Primeiro, é preciso olhar para as embarcações, sem as quais não teria havido atividade e bandos de vikings, cujas características há que compreender. E depois vamos ver mais de perto os diferentes processos gerais que marcaram o tempo dos marinheiros nórdicos, antes de viajarmos para regiões e abordarmos temas mais circunscritos.

<sup>1</sup> Heide 2005: 41-5

<sup>2</sup> Jesch 2015: 4

<sup>3</sup> Downham 2012a: 8

<sup>4</sup> Garmonsway 1984: 54-5

<sup>5</sup> Price 2020: 280

<sup>6</sup> Jarman 2021: 95

<sup>7</sup> Jöns e Kowalska 2021: 43, 49-53

<sup>8</sup> Mägi 2021: 81

<sup>9</sup> Price 2020: 297

<sup>10</sup> Cooijmans 2021: 40

<sup>11</sup> Jarman 2021: 179; Price 2012: 16-20

<sup>12</sup> Jarman 2021: 178-82; Mägi 2021: 86; Price 2020: 275-7

<sup>13</sup> Mägi 2021: 88-91

<sup>14</sup> Cooijmans 2020: 36-7; Hadley e Richards 2022: 25-7

<sup>15</sup> Feveile 2010: 127

<sup>16</sup> Sindbæk 2010: 150

<sup>17</sup> Feveile 2010: 129

<sup>18</sup> Cooijmans 2020: 39

<sup>19</sup> Whitelock 1955: 233

<sup>20</sup> Jarman 2021: 114

<sup>21</sup> Cooijmans 2020: 38

<sup>22</sup> Downham 2009: 151

<sup>23</sup> Price 2020: 300

<sup>24</sup> Downham 2004: 71